

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte JORNAL DE BRASÍLIA Class.: 763

Data 25/09/84 Pg.: \_\_\_\_\_

# Marabuto aprova a mineração

Inserir no Decreto 88.985/83 — que permite a mineração de empresas privadas em área indígena — “os mecanismos de proteção ao índio previstos na portaria” que o ex-presidente da Funai, Jurandy Moraes da Fonseca recusou-se a assinar, sendo por isso exonerado do cargo, foi a sugestão feita pelo novo dirigente do órgão tutelar, Nelson Marabuto, ao ministro do Interior, Mário Andreazza. Caberia à Funai apenas a liberação dos alvarás de concessão. Ele negou, contudo, que esse fato fosse uma manobra para livrar a entidade da antipatia que fatalmente sofreria por assumir uma atitude impopular. A informação foi dada ontem pelo próprio Marabuto em sua primeira entrevista coletiva.

— Não vejo sob esse aspecto porque a coisa não está no meu nível de competência. O assunto está sendo tratado pelo Ministério do Interior. Não estou também na contingência de assinar a portaria, disse ele assinalando que não houve qualquer imposição nesse sentido para que fosse elevado ao cargo de presidente da Funai.

Mesmo assim, Marabuto não se manifestou contrário à atividade mineradora privada em terra indígena, salientando que tem “como nota prioritária o atendimento da própria Funai”. Ele é contra “o aspecto generalizante da portaria que poderia ser corrigido por outro documento normativo que pudesse assegurar o nível de vida das comunidades, sua cultura, desenvolvimento riqueza, melhor nível de tratamento em saúde e educação e até mesmo destacar para comunidades menos providas um pouco do que as outras têm”.

Ele acredita que a prospeção do minério pode ser feita “sob a proteção da Funai, e, na medida do possível, pela própria Funai em convênio com outros organismos do Governo, como o DNPM e a CPRM”.

### Verbas

De acordo com Marabuto, o ministro do Interior Mário Andreazza vai liberar hoje uma verba de Cr\$ 150 milhões para a Funai, como parte da verba de suplementação para o organismo. Esse dinheiro não foi liberado antes, “por dificuldades de caixa”.

Marabuto fez questão de anunciar que o primeiro telefonema recebido como presidente da Funai, para parabenizá-lo foi do ministro do Planejamento Delfim Netto e adiantou:

— É claro que eu vou fazer valer minha amizade com ele para receber mais recursos para a Funai.

A falta de verbas era uma grande queixa do ex-presidente, Jurandy, que tentou receber quatro bilhões do Finsocial e mais quatro bilhões e 700 milhões de cruzeiros suplementares e não conseguiu. Na Funai um exemplo utilizado para demonstrar o quanto o organismo é pouco aquinhoado é o de que “a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que atende 40 mil crianças tem para seu exercício financeiro deste ano Cr\$ 40 bilhões, enquanto a Funai, que atende 240 mil índios teve uma previsão de Cr\$ 4 bilhões”.



Nelson Marabuto, delegado aposentado da Polícia Federal, assumiu a presidência da Funai

### Abertura

Marabuto prometeu prosseguir com o clima de abertura implantado por Jurandy e manter a mesma equipe de trabalho, e vai otimizar o trabalho dos postos indígenas “pois é quem está próximo do índio”. Entretanto disse que “ouvir as lideranças indígenas e entidades de apoio é apenas uma hipótese de trabalho”.

Segundo ele, esta é a missão mais difícil da sua vida porque trata de assistência de uma minoria étnica com componentes sociais acentuados, mas se sente especialmente honrado por a estar exercendo. Acho que o fato de ser o sexto dirigente da Funai neste Governo “deve-se à complexidade do órgão que é administrável”.

— Sou a favor do progresso do índio, que ele resgate a sua dignidade de pessoa humana. Não vejo porque um índio não possa assumir a Presidência da Funai, desde que esteja habilitado para o cargo. Tenho um compromisso de aproveitar na

medida da capacidade do índio, nos diversos níveis da estrutura da Funai o índio como servidor do órgão”, acentuou Marabuto.

Ele criticou quem vê manipulação externa nos movimentos indígenas, e disse que quem diz isso desconhece o nível de consciência e politização do índio brasileiro que se manifesta espontâneo, com todo o respaldo das suas comunidades.

### Anti-Maluf

Discretamente, o novo presidente da Funai sugeriu que fosse feita uma pergunta a respeito das informações que a imprensa divulgou sobre sua posição antimalufista, ao ser atendido respondeu de forma surpreendente.

— Não tenho pretensão de ser anti-Maluf. O episódio que nos envolveu se esgotou em seu próprio tempo e em sua própria dimensão. Não gostaria de falar no assunto. Não há resíduos daquela época. Não tenho nenhum relacionamento com o

deputado. Não sou político, nunca o procurei e ele nunca me procurou.

Ao prender o prêmio Nobel da Paz de 1981, o argentino Adolfo Perez Esquivel, Marabuto foi obrigado a libertá-lo por ordem do então governador de São Paulo, Paulo Maluf, criando-se desde aí um mal-estar entre ambos que terminou com a transferência do primeiro para o DOPS de Brasília, por exigência, segundo informações de assessores da Funai, de hoje presidenciável pelo PDS.

Apesar de ter sido elogiado pelo sertanista Alvaro Vilas Boas — destituído do cargo de delegado de representação da Funai em Bauru, que acabou extinta por ordem de Jurandy — Marabuto assegurou que o fato está sepultado e não afastou que a crise que atingiu os índios da região tenha sido manipulada para uma causa “espúria, ilegítima e personalista que visava manter no cargo um delegado afastado por ato de administração da Funai”.

## Andreazza: Jurandy deixou de merecer nossa confiança

“O presidente da Funai foi exonerado por comportamento indevido no exercício do cargo. Ele deixou de merecer a nossa confiança uma vez que tratou inadequadamente um problema de natureza administrativa, particularmente um decreto que é um ato do presidente da República. Por isso foi substituído. O responsável pela indicação de Nelson Marabuto para novo dirigente da Funai, sou eu, é uma função minha escolher quem melhor desempenha esta função. Essa decisão teve o apoio do deputado Mário Juruna”. A declaração é do ministro do Interior, Mário Andreazza, ao anunciar ontem a exoneração de Jurandy Marcos da Fonseca, por ter se recusado a assinar a portaria que regulamenta o Decreto 88.985/83 que permite mineração por empresa privada em área indígena. Os atos foram baixados pelo presidente João Figueiredo.

— O pedido de exoneração partiu daqui do Minter. Foi eu quem pediu, garantiu Andreazza.

Ele disse que foi feito um levantamento “minucioso” de mais de 20 nomes com o fim de detectar quem teria “sensibilidade para tratar com problemas indígenas” e o de Marabuto foi o que “atendeu melhor as condições exigidas”.

O ministro afirmou desconhecer o incidente que envolveu o prêmio Nobel da Paz de 1981, Adolfo Perez Esquivel, — detido em São Paulo quando pronunciava conferência, pelo hoje presidente da Funai, Nelson Marabuto, e então delegado regional da Polícia Federal, organismo do qual está aposentado há dois meses, tempo em que chefia a Assessoria de Segurança e Informações da Funai.

— Eu nem sabia desse fato. Nós analisamos o homem, os seus co-

nhecimentos, a conduta dele na Funai e nos pareceu merecedor da nossa confiança, salientou o ministro, afirmando que “a orientação dada ao novo presidente é continuar o trabalho de abertura”.

Andreazza negou que Jurandy tenha colocado seu cargo à disposição no último dia 11, conforme declarou o ex-presidente do órgão tutelar, por ter tomado a decisão de não assinar a portaria. Na ocasião ele não foi desmentido e o ministro disse que o referido documento seria estudado “sem pressa”.

De acordo com o ministro, o Decreto 88.985/83 foi criado para “proteger o patrimônio e o bem-estar das populações indígenas, estabelecendo condições para exploração do minério no subsolo indígena”.

— Essa foi a ideia do presidente Figueiredo, acentuou Andreazza.